



NOTA DE ABERTURA

No universo CEDIPRE, os últimos meses do ano de 2016 foram marcados pela intensa atividade do *Observatório de Taxas & Contribuições*, com várias realizações de grande impacto e com a produção de um assinalável volume de trabalho inovador e de qualidade.

Merece igualmente um sublinhado muito especial a elaboração pelo Grupo de Contratação Pública do CEDIPRE de um relatório sobre o projeto de revisão do Código dos Contratos Públicos. Trata-se de um documento de enorme valor, em cuja elaboração intervieram quase todos os membros do Grupo de Contratação Pública e que assinala a presença destacada do CEDIPRE e, por via dele, da Faculdade de Direito de Coimbra, no alargado debate público em torno daquele projeto legislativo. Neste âmbito, o CEDIPRE organizou um colóquio para apresentação dos resultados do Relatório.

No ano que em breve se iniciará, pretendemos desenvolver e consolidar o trabalho do *Observatório de Taxas & Contribuições*, contando, para esse efeito, com o empenho e com a dedicação da Professora Suzana Tavares da Silva. Além disso, 2017 será também o ano da aprovação do diploma de revisão do Código dos Contratos Públicos, ao qual o CEDIPRE dará a maior atenção. Por fim – mas não em último –, continuaremos o trabalho permanente de acompanhamento e de reflexão sobre as matérias de regulação pública, prevendo-se, no decurso do novo ano, a realização de um colóquio dedicado a um tema de regulação.

Diretor Executivo do CEDIPRE

Pedro Costa Gonçalves



JURISPRUDÊNCIA RECENTE DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Jurisprudência do TJUE

Reenvio prejudicial – Proteção dos interesses financeiros da União Europeia – Regulamento (CE, Euratom) n.º 2988/95 – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) – Regulamento (CE) n.º 1083/2006 – Adjudicação, pelo beneficiário dos fundos, na qualidade de entidade adjudicante, de um contrato que tem por objeto a realização da ação subvencionada – Conceito de ‘irregularidade’ – Critério relativo à ‘violação do direito da União’ – Procedimentos de concurso contrários à legislação nacional – Natureza das correções financeiras efetuadas pelos Estados-Membros – Medidas ou sanções administrativas.

Jurisprudência dos Tribunais Administrativos

- **STA - 08/09/2016, 0571/16**
Requisitos de capacidade técnica e financeira – invalidade – concurso limitado por prévia qualificação – acordo-quadro
- **STA, 29/09/2016, Proc. 0867/16**
Concurso público – Conteúdo da proposta – Esclarecimento – Omissão – Termo
- **STA, 20/10/2016, Proc. 01472/14**
Contratação pública – Directiva comunitária - Preço anormalmente baixo – Proposta – Instrução – Documentos – Exclusão de propostas – Avaliação das propostas – Discrecionariiedade – Vinculação
- **TCA Sul, 19/05/2016, Proc. 13255/16**
Condenação no ato de adjudicação – impossibilidade de avaliação da proposta - critério de adjudicação do mais baixo preço
- **TCA Norte, 15/07/2016, Proc. 03661/15.2BEBRG**
Processo pré-contratual - ISO27001 - especificações técnicas - esclarecimentos

Jurisprudência do Tribunal de Contas

- **TdC n.º 13/2016, 14.JUL- 1ª S/PL, Proc. n.º 94//2015**

Contrato de aquisição de serviços de seguros – ajuste directo – redução remuneratória – anterior concurso público deserto – alteração substancial do caderno de encargos

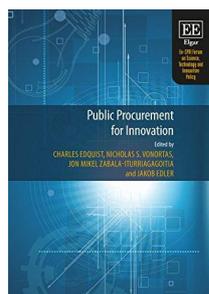
NOVIDADES BIBLIOGRÁFICAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA



Martin Burgi, Martin Trybus, Steen Treumer, *Qualification, Selection and Exclusion in EU Procurement*, ed. de Steen Treumer, ISBS, 2016



Veiko Lember, Rainer Kattel, *Public Procurement, Innovation and Policy: International Perspectives*, Springer, 2016



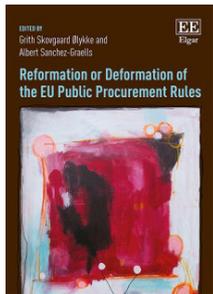
Charles Edquist, Nicholas S. Vonortas, *Public Procurement for Innovation (Eu-Spri Forum on Science, Technology and Innovation Policy series)*, Edward Elgar Publishing, 2016

A Jurisprudência mencionada, pela sua relevância, é objeto de análise na Revista de Contratos Públicos

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

NOVIDADES BIBLIOGRÁFICAS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

(cont.)



Grith Skovgaard Ølykke, Albert Sanchez-Graells, *Reformation or Deformation of the EU Public Procurement Rules*, Edward Elgar Publishing, 2016



Paulo Linhares Dias, Pedro Melo (coordenação), *Comentário ao Regime Jurídico dos Contratos Públicos da Região Autónoma dos Açores*, Almedina, 2016



Rodrigo Esteves de Oliveira, Catarina Pinto Correia (organização), *Código da Contratação Pública de Cabo Verde*, Almedina, 2016



RCP | Nº 11 REVISTA DE CONTRATOS PÚBLICOS

A Reforma Europeia da Contratação Pública
PEDRO COSTA GONÇALVES

Princípios da Contratação Pública
ANA RAQUEL GONÇALVES MONIZ

Novas Diretivas e tópicos de despesa pública
HUGO FLORES DA SILVA

Políticas estratégicas na nova Diretiva 2014/24/EU - objetivos sociais e ambientais | PEDRO CERQUEIRA GOMES

A contratação pública eletrónica na "nova geração" de Directivas
RUI MESQUITA GUIMARÃES

As exclusões do âmbito de aplicação da Diretiva 2014/24/UE relativa aos contratos públicos
JOÃO FILIPE DE OLIVEIRA GRAÇA

A contratação pública entre entidades no sector público
PEDRO SANTOS AZEVEDO

RCP | Nº 12 REVISTA DE CONTRATOS PÚBLICOS

A execução dos contratos na Diretiva 2014/24/UE
PAULO LINHARES DIAS

Traços essenciais do Regime Jurídico da Subcontratação contemplado nas «Novas» Directivas da União Europeia sobre Contratação Pública - Notas Breves Acerca do Presente e do Futuro da «Subcontratação Pública» no Ordenamento Jurídico Interno
ANTÓNIO MALHEIRO DE MAGALHÃES

Modificação e Rescisão do Contrato
PEDRO MATIAS PEREIRA . CARLA MACHADO

A Directiva 2014/23, relativa à adjudicação de contratos de concessão
VASCO MOURA RAMOS

A Nova Diretiva sobre os Setores Especiais - primeira leitura
DIOGO DUARTE DE CAMPOS

RCP | Nº 13 REVISTA DE CONTRATOS PÚBLICOS

Adjudicação de Contrato de Concessão nos Setores Especiais: Contributo para a Delimitação do Âmbito de Aplicação das Novas Directivas Europeias | JOANA NETO ANJOS

Os Conflitos de Interesses e a Participação Prévia de Candidatos ou Proponentes | FRANCISCO NORONHA

Os "Motivos de Exclusão" na Diretiva 2014/24/UE
JOSÉ AZEVEDO MOREIRA

A Divisão de Contratos em Lotes na Directiva 2014/24/UE | DAVID COELHO

Critérios de Adjudicação - O (novo) Conceito de Oferta Economicamente mais Vantajosa | TERESA ALMEIDA

Os Acordos-Quadro nas Directivas de 2014 sobre contratação pública
MARCO CALDEIRA

Procedimento por Negociação sem publicação prévia de anúncio de concurso | JOANA DUARTE COSTA . CÁTIA SOUSA

Um olhar sobre as novidades em matéria de negociação de propostas na directiva contratos públicos | LUÍS VERDE DE SOUSA

Regimes Especiais de Contratação Pública | LICÍNIO LOPES MARTINS

CONTRATAÇÃO PÚBLICA



Pedro Santos Azevedo
Membro do Grupo de Contratação Pública do CEDIPRE

Relatórios Anuais de Contratação Pública

O Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção (IMPIC) publicou no mês passado os Relatórios Anuais de Contratação Pública relativos aos anos de 2014 e 2015, que podem ser consultados, respetivamente, em http://www.impic.pt/impic/assets/misc/pdf/RelContratosPublicos_2014.pdf e em http://www.impic.pt/impic/assets/misc/pdf/RelContratosPublicos_2015.pdf. Informa, ainda, que estarão disponíveis em breve os dados relativos ao primeiro semestre do corrente ano.

Estes Relatórios somam-se aos já disponíveis desde 2010 (<http://www.impic.pt/impic/relatorios-e-dados-estatisticos/relatorios-de-contratacao-publica>), saudando-se a tendência de crescente detalhe dos mesmos - compare-se, por exemplo, as nove páginas do Relatório Síntese de 2010 ou as 53 páginas do Relatório de 2011 com as 105 páginas do Relatório de 2015.

Estes documentos em muito contribuem para bem informar os intervenientes, públicos ou privados, nos procedimentos concursais, bem como para materializar a necessária transparência, perante os cidadãos, de uma atividade tão central e transversal na economia como é a contratação pública, responsável por mais de 2,5% do PIB em 2015.

Naturalmente, mais do que a mera quantidade importa a real informação disponibilizada, que se comprova vasta: a presente sede impede a análise do Relatório naquelas que são as suas principais constatações, pela sua extensão, sendo no entanto possível elencar brevemente as matérias tratadas, que abarcam uma multiplicidade quer de dados, quer de momentos procedimentais. Assim, podemos dizer que os dois mais recentes Relatórios seguem um modelo semelhante, sendo divididos em dez diferentes pontos. Após a (1) Introdução, analisa-se a (2) Contratação pública eletrónica em Portugal (ICPEP e Índice de Manchester), seguindo-se depois os (3) Montantes da Contratação Pública, incluindo as suas estatísticas, a contratação por tipo contratual, o número de contratos por ano e a duração média dos procedimentos, bem como a análise dos contratos por tipo de procedimento e a contraposição dos procedimentos concursais aos procedimentos de ajuste direto. De seguida apresenta-se a (4) Projeção dos encargos decorrentes dos contratos celebrados, bem como a (5) Duração média dos procedimentos de contratação, o (6) Número de concorrentes por procedimento, os (7) Critérios de adjudicação, incluindo a comparação entre o preço mais baixo e a proposta economicamente mais vantajosa, bem como o peso do fator preço no segundo caso, passando pelo preço anormalmente baixo. Prossegue-se para a (8) Análise dos contratos por classificação (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos – CPV), detendo-se de seguida nos (9) Atores intervenientes no processo de contratação pública. Neste ponto, analisam-se as entidades adjudicantes, os operadores económicos e as plataformas eletrónicas. Passa-se, de seguida, e por fim, à fase de (10) Execução de contratos, abordando-se o desvio de preços e de prazos. Os Relatórios terminam com as (11) Considerações finais, que resumem, em 21 pontos, a situação atual, por remissão quer à situação anterior, quer a metas previstas.

Em jeito de conclusão, sublinhar aquilo que no fundo decorre já do *supra* exposto: estes documentos contêm informação extremamente útil e constituem, de facto, um valioso instrumento para a análise e melhoria da contratação pública em Portugal.



João Filipe Graça
Membro do Grupo de Contratação Pública do CEDIPRE

Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020: Implicações na Contratação Pública

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2016, de 29 de Julho, aprova a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2020 “ENCPE 2020”. Com a presente estratégia, que é influenciada nas novas Diretivas da União Europeia em matéria de contratação pública e acolhida no atual anteprojeto de revisão do Código dos Contratos Públicos (“CCP”), pretende-se alcançar uma redução da despesa pública, designadamente através de uma análise económica do ciclo de vida dos produtos e serviços (com especial desígnio para a minimização de impactos ambientais) adquiridos por entidades adjudicantes.

O foco das atenções é colocado no âmbito das “*compras públicas ecológicas*”, entendidas como “*aquisições de um conjunto de bens e serviços considerados prioritários, integrando especificações e requisitos técnicos ambientais nas fases pré-contratuais, com efeito para a subsequente fase de execução contratual*”.

A ENCPE 2020 aplica-se ao Estado (Administração direta, indireta e ao sector empresarial do Estado e ainda, a título facultativo, à Administração autónoma e a outras pessoas coletivas de direito público) sempre que esteja em causa a aquisição de bens, serviços ou a elaboração de projetos de execução de obras públicas que integrem a lista de bens e serviços prioritários identificados no n.º 4.1 (*v.g.*, eletricidade; iluminação pública e sinalização rodoviária ou equipamentos elétricos e eletrónicos utilizados nos cuidados de saúde) que serão ainda objeto de densificação. Por outro lado, a ENCPE 2020 aplica-se às aquisições efetuadas ao abrigo dos procedimentos pré-contratuais do CCP, com exclusão das aquisições realizadas mediante ajustes diretos simplificados.

Impõe-se às entidades adjudicantes a inclusão de especificações técnicas ambientais ou requisitos de seleção e habilitação de fornecedores, nas peças dos procedimentos pré-contratuais, assegurando a sua concretização na fase posterior de execução contratual. Sempre que possível, as mesmas devem ainda definir critérios ambientais como fator de avaliação da proposta economicamente mais vantajosa, em procedimentos de aquisição que envolvam bens e serviços prioritários. De salientar que os produtos de menor impacto ambiental devem ser determinantes enquanto critério de desempate.

A supervisão da ENCPE 2020 é da responsabilidade da A.P.A., I.P., ESPAP, I.P., e do IM-PIC, I.P.



OBSERVATÓRIO

TAXAS & CONTRIBUIÇÕES



Suzana Tavares da Silva

Coordenadora da Comissão Executiva do Observatório de Taxas & Contribuições

Desde que foi instituído, em 29 de Abril de 2016, o Observatório de Taxas & Contribuições realizou já quatro actividades de natureza diversa.

Cumprindo um dos seus propósitos essenciais – mapear a tributação comutativa em vigor – procedeu ao levantamento e análise crítica das taxas e contribuições nos sectores da saúde e da produção agrícola, animal, florestal e vitivinícola.

No caso da saúde, o levantamento dos tributos e a sua análise e discussão com os representantes do sector permitiu compreender que em alguns casos as receitas cobradas a título de taxas superam, em muito, os custos de funcionamento dos serviços e/ou os custos associados à prática dos actos, o que deve justificar um esforço na melhoria do controlo-económico financeiro da determinação destes tributos, que é, como todos sabem, um factor de competitividade. Para além disso, foi ainda possível verificar que alguns temas, como as taxas moderadoras, continuam envoltos em muita ideologia – problema a que soma agora a *fat tax* – o que dificulta a análise jurídico-dogmática dos temas.

Já no caso da produção agrícola, animal, florestal e vitivinícola as conclusões alcançadas no *workshop* de 22 de Setembro foram especialmente ricas e variadas. A título meramente exemplificativo, registámos, no sector agrícola e florestal, um peso excessivo de certas receitas no financiamento dos serviços, como sucede com a taxa pela emissão dos passaportes fitossanitários nas Direcções Regionais de Agricultura e Pescas e a taxa pela emissão de licenças de caça no Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas. Já no caso da produção animal, concluímos que uma parte significativa da tributação não está devidamente conformada com os princípios fundamentais, como sucede com a taxa pela recolha de animais mortos em explorações agrícolas (taxa SIRCA), ou com as taxas que sustentam os serviços de inspecção sanitária. Por último, a comparação entre a produção vitivinícola e florestal, permitiu compreender que a primeira, fruto da boa regulação do mercado, consegue aliar uma tributação comutativa de valor relativamente



elevado ao reconhecimento pelos respectivos sujeitos passivos da sua essencialidade para o cumprimento dos objectivos (é o caso da taxa de promoção do vinho), ao passo que na floresta, por não existir uma regulação adequada, encontramos um nível muito elevado de ineficiência tributária, que incluiu até falta de resposta aos estímulos tributários consagrados na lei a título de benefícios fiscais.

Para além destes estudos sectoriais aprofundados, o Observatório levou a cabo, com enorme sucesso, o primeiro estudo-divulgação de impacto significativo no domínio da tributação municipal, através do qual pôs em evidência diversas insuficiências e deficiências da legislação em vigor, que, em parte, explicam a realidade caótica se vive actualmente no domínio das taxas municipais. O estudo revelou que existem diferenças de mais de 1000% nos valores das taxas exigidas pelos menos actos em diversos municípios. Este trabalho deu lugar a uma publicação que acreditamos que será uma referência para a reforma legislativa de que este sector precisa.

Por último, o Observatório buscou também promover o debate entre os operadores judiciais e o poder político no domínio do processo de cobrança coerciva destes tributos, alertando para as ineficiências e insuficiências da legislação geral, quer em matéria procedimental, quer processual.

Razões não faltam, pois, para acalentar a ideia de que este é um projecto diferente do que é usual nas Escolas de Direito, baseado em investigação aplicada, e que em 2017 continuará a desempenhar a sua missão e a ajudar à correcta realização do Direito no domínio da tributação comutativa.

REGULAÇÃO PÚBLICA

NOVIDADES BIBLIOGRÁFICAS DE REGULAÇÃO PÚBLICA



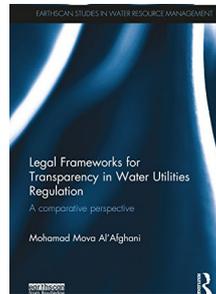
A REGULAÇÃO DOS CONTRATOS PÚBLICOS - MODELO PARA UMA AUTORIDADE REGULADORA

Fernando Oliveira Silva, Almedina, 2016

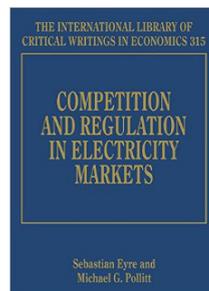
Foi apresentada, no passado dia 22 de outubro, a obra “A Regulação dos Contratos Públicos - Modelo para uma Autoridade Reguladora”, de Fernando Oliveira Silva. Este livro constitui uma reflexão sobre a importância da regulação dos contratos públicos enquanto instrumento de realização dos princípios da prossecução do interesse público e da concorrência.

É analisada a situação presente, em matéria de governação dos contratos públicos, afluindo o estado da arte em Portugal, na União Europeia e noutras partes do Mundo, apresentando-se, no final, uma proposta concreta, e realista, de modelo de autoridade reguladora para os contratos públicos, em linha com o modelo defendido pela Comissão Europeia.

É feita ainda uma análise – embora breve – à teoria e à prática da regulação económica e social, debruçada, em particular, sobre as autoridades reguladoras nacionais e os poderes de que as mesmas dispõem, tendo em conta, designadamente, a nova Lei-Quadro das Autoridades Reguladoras Independentes.



Mohamad Mova Al'Afghani, *Legal Frameworks for Transparency in Water Utilities Regulation: A comparative perspective (Earthscan Studies in Water Resource Management)*, Edward Elgar Publishing, 2016



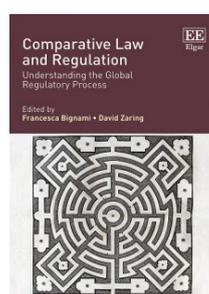
Sebastian Eyre, *Michael G. Pollitt, Competition and Regulation in Electricity Markets*, International Library of Critical Writings in Economics series, 2016



Maria Celeste Cardona, *Contributo para o conceito e a natureza das entidades administrativas independentes - As Autoridades Reguladoras*, Almedina, 2016



Fernando Oliveira Silva, *A Regulação dos Contratos Públicos - Modelo para uma Autoridade Reguladora*, Almedina, 2016



Francesco Bignami, David Zaring, *Comparative Law and Regulation: Understanding the Global Regulatory Process (Research Handbooks in Comparative Law series)* Edward Elgar Publishing, 2016

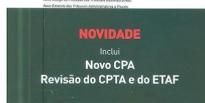
OUTRAS ATUALIDADES

OUTRAS ATUALIDADES BIBLIOGRÁFICAS

NOVO PROCEDIMENTO E PROCESSO ADMINISTRATIVO

CPA, CPTA, ETAF e legislação conexa

- Procedimento administrativo
- Processo administrativo
- Recursos administrativos
- Processo de formação de vontade administrativa
- Processo de formação de vontade administrativa
- Processo de formação de vontade administrativa



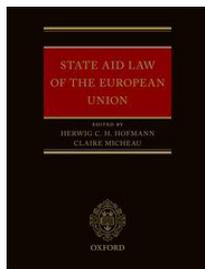
Porto Editora

Isabel Rocha, *Novo Procedimento e Processo Administrativo*, 2ª edição, Porto Editora, 2016



OCDE

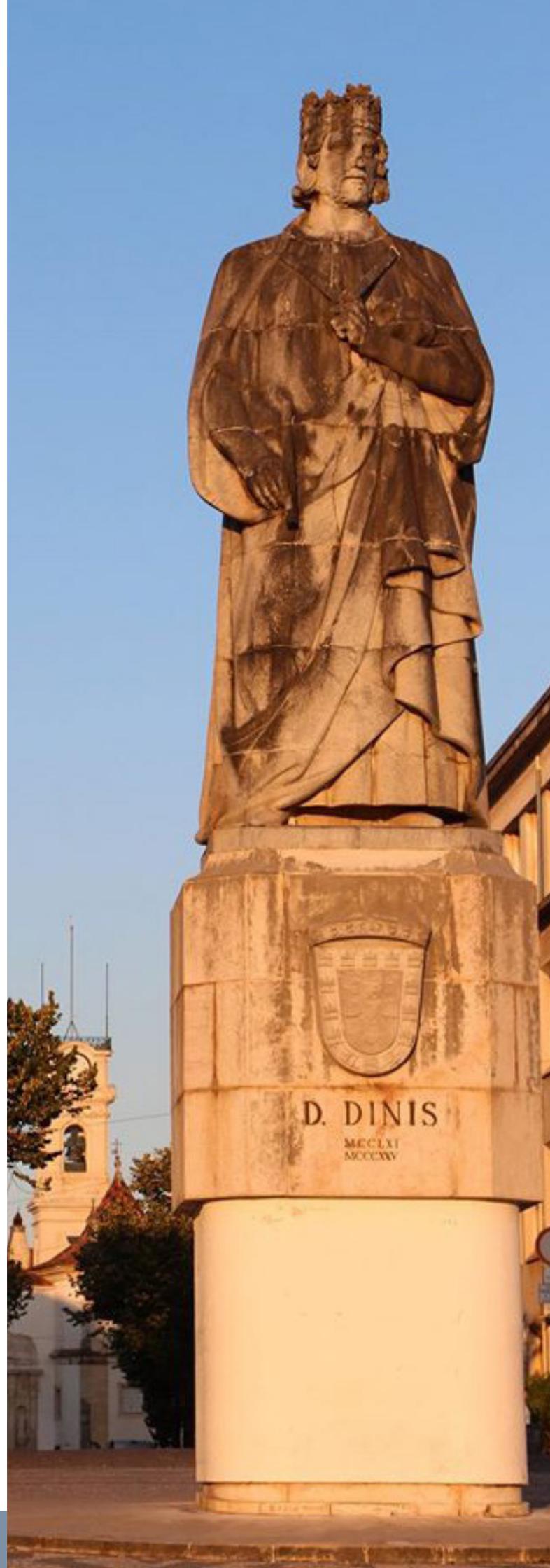
OCDE - Organisation For Economic Co-Operation And Development, *Directrices de la OCDE sobre el Gobierno Corporativo de las Empresas Públicas*, 2016



Herwig C. H. Hofmann, Claire Micheau, *State Aid Law of the European Union*, Oxford University Press, 2016



[/fduc.cedipre](https://www.facebook.com/fduc.cedipre)



CEDIPRE EM AÇÃO



WORKSHOP

TRIBUTAÇÃO E REGULAÇÃO DA SAÚDE: QUE IMPACTO NA QUALIDADE E NO ACESSO À SAÚDE E AO MEDICAMENTO?

3 Junho 2016 | Sala 1.1. Palácio dos Melos

9.30H - 13.00H

Apresentação de comunicações
De custos de regulação de saúde
Melhor qualidade? Menor acesso?
 José Santos | CEDIPRE
Tributação no âmbito da regulação de saúde
Medicamento - finalidades reguladoras?
 Rui Soares Ivo | INFARMED
O papel das taxas moderadoras e da contribuição empresarial sobre a indústria farmacêutica no financiamento do SNS
 Maria Teresa | ACSIS
O risco de cobrança das taxas moderadoras nos PPP de saúde
 Luciano Lopes Marques | CEDIPRE

14.30H - 18.00H

Apresentação das conclusões do grupo de trabalho do Observatório
Mesa redonda com as convidadas para o debate
 Ana Catarina Araújo | ADIPH
 Paulo Lopes | CHUC
 Ana Maria Mendes | ANF
 Catarina Siqueira | IDEALMED
Contribuição de participantes do workshop

Preço: 125 €
 Número máximo de inscrições: 25

QUESTÕES PARA O DEBATE

- Processo de execução fiscal das taxas moderadoras e de acesso à saúde.
- Peso da regulação e custos de regulação no sector farmacêutico - impacto das taxas nos fármacos
- Contribuição empresarial sobre a indústria farmacêutica - primeiros resultados (arrecadação, incumprimento, etc.)
- Problema da repartição do risco de liquidação das taxas nos hospitais em regime de parceria público-privada.
- "Faltam taxas"

A inscrição no Workshop inclui documentação (dossier analítico da tributação do sector) e a possibilidade de envio de questões para o debate.

FICHA DE INSCRIÇÃO DISPONÍVEL EM www.cedipre.fd.uc.pt

9.45H ABERTURA

10.00H Desafios e perspectivas no âmbito da jurisdição tributária
 Helena Mesquita Ribeiro
 Secretária de Estado Adjunta e da Justiça

11.00H DEBATE

11.30H O âmbito da cobrança coerciva das taxas e contribuições pela Administração Tributária: a interpretação da lei perante a emergência de novos tributos
 Jurgis I. Lopes da Silva
 Juiz Conselheiro Jubilado do STA

12.30 DEBATE

14.30H O acesso ao "sistema de Administração Tributária" como garantia de sucesso das execuções para cobrança de dívidas?
 José Maria Galvão Telo
 Agente de Execução

15.00H A partilha/acesso aos meios electrónicos da AT em matéria de informação relativa aos executados: dificuldades técnicas e normativas
 Cristina Bicho
 Subdirectora Geral da Autoridade Tributária

15.45H PAUSA

16.00H Os protocolos com a AT para a cobrança coerciva das taxas municipais - superação de todos os problemas?
 Representante da Câmara Municipal de Lisboa

16.45H A pendência judicial em matéria de cobrança coerciva de taxas e contribuições: propostas processuais para melhorar a situação
 António Francisco de Almeida Calhau
 Presidente do Supremo Tribunal Administrativo

17.30 DEBATE

Preço: 50 €

FICHA DE INSCRIÇÃO DISPONÍVEL EM www.cedipre.fd.uc.pt

9.30h - 13.00h

TAXAS E CONTRIBUIÇÕES NO SECTOR VITIVINÍCOLA
 Frederico Pádua | IVP, I.P.
 Helena Mendes | IADG
TAXAS E CONTRIBUIÇÕES NA PRODUÇÃO AGRÍCOLA
 Alberto Moreira | IADG
Convidadas para o debate
 António Cunha | Presidente do CVR do Dão
 IADG

14.30h - 18.00h

TAXAS E CONTRIBUIÇÕES NO SECTOR FLORESTAL
 Paulo Santos | ICRP
TAXAS E CONTRIBUIÇÕES NA PRODUÇÃO ANIMAL
 Alberto Lopes | Presidente de Honra do Conselho
Convidadas para o debate
 J. Queiroz

QUESTÕES PARA O DEBATE

- Processo de execução fiscal das taxas moderadoras e de acesso à saúde.
- Peso da regulação e custos de regulação no sector farmacêutico - impacto das taxas nos fármacos

A inscrição no Workshop inclui documentação (dossier analítico da tributação do sector) e a possibilidade de envio de questões para o debate.

Preço: 125 €
 Número máximo de inscrições: 25
 FICHA DE INSCRIÇÃO DISPONÍVEL EM www.cedipre.fd.uc.pt

II SEMINÁRIO OBSERVATÓRIO DE TAXAS E CONTRIBUIÇÕES AS TAXAS DAS AUTARQUIAS LOCAIS

11 Novembro 2016 | Sala 1.1. Palácio dos Melos

9.45H ABERTURA

10.00H Apresentação da base de dados dos regulamentos municipais de taxas elaborada pelo Observatório e de uma seleção de "taxas singulares"
 Susana Tavares da Silva | FDUC - Observatório de Taxas e Contribuições

10.30H O peso do recorte tributário das taxas e das contribuições municipais nos encargos municipais e as críticas políticas para o ecossistema das taxas tributárias
 Moderador: Vítor Moreira
 Representantes de Municípios

12.30 DEBATE

14.15H O conteúdo das taxas municipais

Nuno Oliveira Garcia | FERH

Maria Bastos | TCA Norte

15.15H As taxas urbanísticas e as contribuições financeiras: qual o impacto em a simplificação procedimental e as vantagens das cotas administrativas
 Formadora: Paula Oliveira | FDUC

16.30H DEBATE

www.cedipre.fd.uc.pt

9h45

Abertura

Pedro Costa Gonçalves | Director Executivo do CEDIPRE
 Guilherme d'Oliveira Martins | Secretário de Estado das Infraestruturas

10.00 - 13.00h

Âmbito de aplicação do CCP. Procedimentos. Impedimentos. Divisão em lotes. Regras gerais de tramitação

Moderação | Pedro Costa Gonçalves

Apresentações | Lúcia Lopes Martins - Vasco Moura Ramos
 Diogo Duarte Campos - Luis Verde Sousa

Desenvolvimentos | Pedro Cerqueira Gomes - Rui Mesquita Guimarães
 José Azevedo Moreira - Pedro Santos Azevedo
 João Graça - Miguel Lucas Pires - Hugo Flores da Silva
 Francisca Rabalo Cordeiro

14.30h - 17.30h

Regras gerais de tramitação. Apreciação de propostas. Decisão de adjudicação. Regime substantivo

Moderação | Lúcia Lopes Martins

Apresentações | Pedro Costa Gonçalves - Bernardo Azevedo
 Pedro Matias Pereira

Desenvolvimentos | Teresa Almeida - David Coelho - Paulo Linhares Dias
 Sónia Palma - Joana Duro - Madalena Pereira Mendes
 Mariana Santos - José Miguel Camões - Cátia Sousa

17.30h

"Síntese das reflexões e conclusões fundamentais"
 Pedro Costa Gonçalves

inscrições: www.cedipre.fd.uc.pt | preço: 50 euros

CENTRO DE ESTUDOS DE DIREITO PÚBLICO E REGULAÇÃO



Curso de Especialização
DIREITO DO EMPREGO PÚBLICO
o novo regime da Lei Geral do Trabalho
em Funções Públicas

www.cedipre.fd.uc.pt



CENTRO DE ESTUDOS DE DIREITO PÚBLICO E REGULAÇÃO



XV Curso de Pós-Graduação em
REGULAÇÃO PÚBLICA E CONCORRÊNCIA

www.cedipre.fd.uc.pt



CENTRO DE ESTUDOS DE DIREITO PÚBLICO E REGULAÇÃO



XII Curso de Pós-Graduação em
JUSTIÇA ADMINISTRATIVA E FISCAL

Segundo a Revisão do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais
e do Código de Processo nos Tribunais Administrativos



www.cedipre.fd.uc.pt



CENTRO DE ESTUDOS DE DIREITO PÚBLICO E REGULAÇÃO



IX Curso de Pós-Graduação em
CONTRATAÇÃO PÚBLICA

DIREÇÃO
Prof. Doutor Pedro Costa Gonçalves

www.cedipre.fd.uc.pt



CEDIPRE | Centro de Estudos de Direito Público e Regulação
Palácio dos Melos (Antiga Faculdade de Farmácia) - Rua do Norte | 3004-534 Coimbra | PORTUGAL
Telef./Fax.: +351 239 836309 | E-mail: cedipre@fd.uc.pt

www.cedipre.fd.uc.pt

www.facebook.com/fduc.cedipre